

“Ainda falta chegar a um acordo sobre o todo”

por Cláudia Safatle
de Brasília

A negociação com os bancos credores apresentou “grandes progressos” nas últimas semanas, mas ainda falta chegar a um acordo “sobre o todo”, segundo explicou ontem a este jornal, o diretor da área externa do Banco Central, Armínio Fraga Neto, ao comentar a interrupção das negociações em função da reunião do Banco Interamericano de Desenvolvimento, em São Domingos (República Dominicana) a partir deste final de semana, e do feriado de Páscoa.

Isso quer dizer que alguns pontos já estão acertados: a parte financeira do acordo está praticamente selada mas faltam ainda muitos pontos a definir — seja relativamente aos juros atrasados, seja como financiar as garantias que os bancos credores exigiram para os títulos novos, ou ainda como atrelar a dívida com o programa de privatização.

A equipe econômica está agindo com muita cautela para não repetir os equívocos que foram feitos nas negociações passadas, que, pela ânsia de anunciar um acordo, os negociadores caíram na tentação de selar o acordo na sua parte eminentemente financeira, anunciá-lo, e somente depois debruçar sobre pontos que correm paralelos ao refinanciamento da dívida. Com isso, terminaram assinando acordos ruins, segundo avaliação de assessores do ministro.

Há uma euforia no meio dos assessores do Ministério da Economia, quanto à pos-



Armínio Fraga Neto

sibilidade de fechar o acordo externo muito antes de junho próximo, prazo inicial estabelecido pelo ministro da Economia, Marcílio Marques Moreira. Isso porque, segundo fontes do governo, já se teria chegado a um consenso sobre toda a engenharia financeira para substituição da dívida velha pela dívida nova.

“Faltam, ainda, vários detalhes para acertar. Nós só podemos chegar a um acordo final se ele for compatível com o nosso programa e que possa ser executado dentro dessa restrição. Por isso estamos discutindo o todo”, comentou Fraga.

Segundo ele, no tocante à “lincagem” da negociação com o programa de privatização, já está acordado que todos os instrumentos financeiros poderão ser utilizados na compra de ações de empresas estatais privatizadas. Parte do dinheiro “novo” do acordo de 1988 também poderá ser convertida em privatização ao par.